

COMUNICADO

Que futuro para os transportes?

As medidas que vêm sendo anunciadas, pelo governo, para o sector dos transportes são, muitas delas, resultado de compromissos assumidos com a “troika”. Todavia, algumas delas, ainda que não suficientemente explicitadas apontam, porém, para uma intenção de venda da propriedade do Estado e/ou a concessão ou subconcessão da gestão da operação.

A ADFERSIT face a um eventual cenário de alienação por parte do Estado, das suas empresas de gestão das infraestruturas e de transportes, manifesta profunda preocupação pela evolução futura do sector, numa perspectiva da integração e complementaridade dos modos, assim como da dimensão e capacidade técnica, daquelas.

Desta forma, a ADFERSIT considera, que:

- 1.** O Estado não deve alienar as suas empresas de infraestruturas de transportes já que deve ter um total controlo do seu planeamento, da sua construção, da sua manutenção e da sua integração modal e intermodal;
- 2.** O Estado deve criar Reguladores modais com elevadas competências técnicas e autonomia financeira, antes de alienar ou concessionar/subconcessionar as suas empresas de transportes;
- 3.** No caso do sector ferroviário, e tendo em conta que as linhas actualmente em funcionamento são, fundamentalmente, do final do século XIX, em bitola ibérica, e

sendo cada vez mais diminuta a actual da rede ferroviária útil e, considerando ainda, a necessidade de nos integrarmos na rede europeia (bitola europeia), mantendo alguma dimensão crítica e competências específicas no sector, torna-se necessário, de forma a melhorar a qualidade e a eficiência do sector:

- a. Ponderar a existência de uma entidade única para gerir, conjuntamente, a infraestrutura e a operação ferroviária;
- b. A não ser acolhido o previsto em a), o regulador ferroviário deverá ser autonomizado do IMTT e dotado de meios humanos adequados, com elevadas competências técnicas, para poder efectuar uma eficaz regulação do sector;
- c. O eventual concessionamento de linhas da CP vai fragilizar ainda mais o sector, não só pela perda de dimensão e competências daquele operador, como pelo facto dos novos operadores, se forem nacionais são limitados na sua dimensão; se não forem nacionais haverá uma efectiva perda de decisão e até de empregos qualificados.

Vemos com muita apreensão a perda de dimensão e a desintegração das empresas já que retira, num sector vital para a sociedade, como é o dos transportes, massa crítica e competências técnicas específicas tornando, também nesta área de actividade, o País mais dependente de decisores externos.

Lisboa, 27 de Julho de 2011

A Direcção